



PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA VISÃO DOS MORADORES DA ZONA RURAL SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Bethânia Gabrielle dos Santos¹, Eliane Siqueira Câmara², Leonardo Barbosa Rangel³ e Letícia Maria Vieira⁴. Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei-MG^{1,2,3,4}, bethania.biologia@hotmail.com¹, elianecamara@ymail.com², leobr6@hotmail.com³, dichotomius@gmail.com⁴

Introdução

A Floresta Nacional (FLONA) de Ritápolis foi criada a partir de decreto de 21 de setembro de 1999 em área integrante da histórica Fazenda do Pombal. Neste local nasceu Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. A FLONA de Ritápolis está situada na região do Campo das Vertentes, no município de Ritápolis – MG e possui 89,5 hectares (ha) em área composta por vegetação do tipo mata atlântica, cerrado, além de campos limpos, matas ciliares e campos rupestres (BRASIL, 2005).

Atualmente gerida pelo Instituto Chico Mendes para Conservação da Biodiversidade (ICMBio), segundo o plano de manejo da FLONA de Ritápolis, no que tange à população residente no entorno desta UC destacam-se as atividades de pecuária leiteira, produção de milho e agricultura de subsistência. Parte das unidades produtivas está voltada para o mercado e outra parte está envolvida na agricultura de subsistência.

Desde 2005, quando foi elaborado o Plano de Manejo da FLONA de Ritápolis, nenhum outro estudo socioambiental foi realizado na região. Este estudo tem sua importância justificada ao realizar uma análise da percepção que estes moradores têm sobre a implantação da unidade de conservação e sua relação com a mesma. A partir do recolhimento de relatos atuais da população, foi possível compreender os modos de perceber dos moradores, para que uma gestão mais adequada desta UC seja realizada.

Material e Métodos

O presente estudo foi realizado nos povoados de Prainha e Colônia José Teodoro, sendo este primeiro pertencente à zona rural do município de Ritápolis e este segundo à zona rural do município de São João del Rei, ambos situados no entorno da Floresta Nacional de Ritápolis.

Durante a primeira etapa, um morador do povoado indicou as pessoas com um maior conhecimento sobre a região e assim foram identificados os narradores a serem entrevistados em etapa subsequente. Num segundo momento, ocorreu a aplicação de um diagnóstico fundiário-rural das propriedades rurais da zona do entorno da FLONA de Ritápolis e percepção dos moradores sobre a conservação dos recursos naturais. Os instrumentos utilizados foram o questionário, aplicado por um dos três estudantes do curso de Ciências Biológicas da UFSJ integrantes da equipe de pesquisa na residência dos moradores entrevistados, gravador para registro de áudio e máquina fotográfica para o registro de imagens. As entrevistas aconteceram no mês de agosto de 2012. Foram realizadas vinte entrevistas no povoado de Prainha e seis no povoado de José Teodoro. Em uma terceira etapa, estas entrevistas foram transcritas de modo literal, para que se realizasse a análise dos relatos obtidos.





Resultados e Discussão

Quando recorremos ao histórico regional, percebemos que nas Minas Gerais do século XVIII destacam-se as atividades de pecuária e agricultura de subsistência voltada para o consumo próprio. Nesse contexto destaca-se a Fazenda do Pombal. Já no século XX, em 1948:

A Fazenda do Pombal foi adquirida pelo Ministério da Agricultura, já com a área reduzida a 89,50 hectares. Supõe-se ter sido comprada a parte que continha a sede principal, da qual ainda restam as ruínas da sede e do engenho. De 1945 a 1950 a Fazenda do Pombal passou por uma mudança drástica: o terreno foi terraplenado em toda área que um dia fora construída a casa de senhores, para a instalação de um posto fixo agropecuário com plantação de peral, mangueral, criação bovina, suína, etc. (BRASIL, 2005).

O Povoado da Prainha tem início no século XIX quando, no período pós-abolição da escravatura, fazendeiros da região de Ritápolis doam terras de suas propriedades para este fim. Já o povoado de Colônia José Teodoro tem início no mesmo século, quando o governo brasileiro cria políticas de incentivo para atrair imigrantes, sendo São João Del Rei uma das cidades onde se formaram núcleos de colonos. Guimarães et al. (2008) afirmam que a instalação deste núcleo se deu por ordem do Ministério da Agricultura nos terrenos da antiga Fazenda do Marçal, situada na várzea do Marçal e da antiga fazenda de José Theodoro na margem esquerda do Rio das Mortes.

Em Prainha, muitos dos atuais moradores não são os primeiros ocupantes da área, pois receberam o terreno onde residem como herança de pais e parentes que não possuíam documentação do mesmo, o que reflete na situação de não legalização, onde muitos ainda não possuem qualquer tipo de documento que comprove a unidade territorial como propriedade privada. A Colônia José Teodoro apresenta nos últimos anos um aumento do número de propriedades de veraneio em situação ilegal. Seus proprietários não residem no local, o que pode ter dificultado a realização de entrevistas com os mesmos. Sendo assim, de modo distinto daquele primeiro, majoritariamente os entrevistados possuem documentação da área, pois os residentes locais, em sua maioria, são remanescentes das famílias de colonos italianos que receberam doações do governo brasileiro.

Ao analisarmos ambos os povoados, como grande parte dos entrevistados residem na região há mais de trinta anos, tendo desenvolvido uma relação de pertencimento ao território, eles afirmam serem os proprietários da terra mesmo quando não possuem certificação legal para tal. Milton Santos (2006) explica este fato, pois na sua visão:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. (SANTOS, 2006. 174p.)





A grande maioria dos entrevistados não mais explora sua propriedade, tornando-a improdutiva. O abandono da produção agropecuária na região, apontada pelo número inexpressivo de moradores que ainda exploram a área, pode estar relacionado às dificuldades encontradas pelo pequeno produtor em receber incentivos do Governo Federal e a legislação ambiental que muitas vezes impede estes agricultores de realizarem atividades costumeiras em sua relação com a terra, como o roçado do pasto, ou o corte de árvores nativas para construção de casas, feitio de cercas e uso como lenha. Sendo assim, muitos destes ao abandonar as atividades no campo tem como principal meio de sustento a aposentadoria.

No que diz respeito ao papel da UC na região, foi atribuído a mesma o papel de responsável pela preservação ambiental e fiscalização, local de produção de mudas e guardiã do patrimônio histórico (ruínas da casa de Tiradentes). Observamos que os moradores entrevistados ainda denominam a FLONA de Ritápolis como IBAMA (órgão governamental que foi responsável por sua gestão até a criação do ICMBio), outros como Fazenda do Pombal, nome que remete ao caráter histórico do local. Sendo que, também citam que a mesma possuía utilidade para os moradores da região somente na época em que o terreno pertenceu ao Estado, sendo gerido pelo Ministério da Agricultura, e funcionando como posto produtor de sementes agrícolas.

"Fazenda do Pombal é uma coisa muito importante que é uma lembrança de Tiradentes né... Dizem que ele foi nascido lá. Que ele morou lá eu sei, que tinha até uma parede. Não sei se eles derrubaram." (Entrevistado 1, morador de Prainha há 89 anos)

"Serve assim, é uma reserva para os bichos. Para nós... de primeiro plantava muito fruta, verdura. Mas, agora não. Então, que é mato... para bicho, né. Agora, lá dentro eu não sei como que é, o que movimenta lá, não posso te falar." (Entrevistado 2, morador de Prainha há 80 anos)

"O Colônia(...) hoje cê não pode nem cortar um mato mais, eu já falei que nós vai virar é índio. Vai ficar só dentro do mato. É mesmo, uai! A gente não pode nem roçar pasto mais. De primeiro dava muito serviço pra nós lavrador por aqui, agora nem serviço, lá vai tudo pra cidade agora. (...) Eu não vou, eu vou quando juntar os pé." (Entrevistado 6, morador da Colônia José Teodoro há 54 anos)

Deste duplo olhar sob o meio natural surge o conflito. De um lado está o produtor rural que percebe a terra como um recurso e outros componentes ecossistêmicos como empecilhos a sua produção, na outra extremidade está o Estado que visa proteger a biodiversidade local. Então, quando avaliam a sua relação com a gestão da UC, em geral, os entrevistados afirmam não haver qualquer tipo de envolvimento com os gestores da FLONA de Ritápolis e apesar de alguns destes ainda afirmarem ter relações, percebemos que essa se dá de maneira esporádica, em raras reuniões, ou somente com o funcionário do ICMBio morador da região. Ainda, dentre aqueles que afirmaram não ter proximidade com o órgão, alguns entrevistados apontam o IBAMA como um órgão severo e que aplica multas aos pobres.





"Não pode fazer nada, não pode cortar um graveto, não pode nada... passarinho está em tempo de voar para dentro de casa e dormir na cama com agente. Não pode dar uma pedrada, não pode para matar, o que é isso? Que mundo vai ficar isso daqui? (...) Esse negócio de IBAMA, depois que eles criaram esse troço de IBAMA, virou uma droga. Porque, olha, diz que não pode buscar nem lenha seca, fogão gasta lenha seca. A lenha está apodrecendo no chão lá, não pode pegar porque o IBAMA vem em cima. Negócio esquisito." (Entrevistada 4, moradora de Prainha há 71 anos)

Quanto à visitação do local, a grande maioria dos entrevistados já visitou a sede, no entanto, muitos não sabem dizer como seria a paisagem da região sem a UC, sendo que os demais apontam que haveria uma menor fiscalização ambiental, perda da importância histórica regional, de um posto de trabalho para os moradores locais, ou ainda que não haveria mudança. Daqueles que afirmam já ter visitado o órgão, muitos realizaram a visita em período anterior à instalação do IBAMA na Fazenda do Pombal. No período do Ministério da Agricultura, quando se utilizavam do seu maquinário para pilar arroz, ou quando criança em visitas com a escola do seu povoado, para atividades de lazer. O fato de grande parte destes não saberem responder quando indagados sobre como seria a região sem a UC, pode ser explicado quando um número expressivo de entrevistados não possui relação com a gestão desta UC, e desconhece o seu papel na região.

"Olha eu fui uma vez, mas já tem tanto tempo isso... Eu fui com turma de escola. Quando eu trabalhava na escola eu fui lá. Mas, deve ter o que... uns, de uns 28 anos por aí. Muito tempo atrás." (Entrevistada 5, moradora de Prainha)

"Uns anos atrás tinha. Agora eu já nem sei.(...) Eu moro aqui pertinho eu nunca fui lá mais. Quando parei de trabalhar lá eu nunca mais pisei lá.(...) Eu trabalhava para ele lá... roçar pasto. Dava serviço pra muita gente ali, agora acabou." (Entrevistado 6, morador da Colônia José Teodoro há 54 anos)

Ao discutir a conservação ambiental, contrapondo-se a realidade evidenciada pelos relatos destes moradores a respeito de sua relação com esta UC, Oliveira (2005) diz que a criação de uma UC, primeiramente deve se pautar em um plano de manejo participativo e sustentável baseado em um trabalho em conjunto, o qual utilizaria a educação ambiental como um "instrumento para fomentar a gestão participativa". Diegues (2001) ainda aponta que esta deve ser vista como projeto coletivo, mas também precisa ser igualmente assimilada como projeto individual ou familiar. Mudanças de práticas, de valores, de percepção e novidades (procedimentos, regras, restrições) precisam ser assimiladas pelas pessoas. Pois, nenhuma ação intencional do ser humano sobre a natureza inicia sem representações ou ideias que, em essência, refletem as condições de existência humana. Para Salinas (2005), áreas naturais protegidas devem ser manejadas com a participação ativa da população habitante circunvizinha e usuária. Pois, como afirma Bensusan (2006), tudo o que ocorre fora da área a ser protegida influencia o seu interior.





Conclusões

Desde a realização do Plano de Manejo desta UC em 2005, não houve mudança significativa na percepção dos moradores do seu entorno quanto ao papel que a FLONA de Ritápolis deveria exercer na região. A gestão da FLONA de Ritápolis apresenta pouco envolvimento com a população local de modo que esta não construiu com o ambiente desta UC uma relação de pertencimento. Torna-se necessário romper com a hegemonia dos valores preservacionistas, surgidos no ambiente urbano, sobre o cotidiano do Brasil rural. Revela-se a necessidade de aproximação entre a população dos povoados de Prainha e Colônia José Teodoro e a atual gestão da UC, com a implantação de programas de visitação mais efetivos e que atendam aos anseios da população local. Os moradores do seu entorno podem e devem participar da gestão desta Unidade construindo um Conselho Consultivo atuante. Somente assim esta será capaz de cumprir, além da conservação da biodiversidade, o seu papel social.

Agradecimentos

Agradeço a minha equipe de trabalho: à Professora Orientadora Letícia Maria Vieira, os graduandos em Ciências Biológicas Eliane Siqueira Câmara e Leonardo Barbosa Rangel e a colaboração da antropóloga Carmen Silvia Andriolli. Agradeço, também, o auxílio prestado pelos funcionários do ICMBio-FLONA de Ritápolis.

Referências Bibliográficas

- BENSUSAN, N. Conservação da biodiversidade em áreas protegidas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 176p.
- BRASIL., 2000. Lei Federal Nº 9985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF.
- BRASIL., 2005. Plano de Manejo da FLONA de Ritápolis. MMA Ministério do Meio Ambiente/ IBAMA Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis. Brasília.
- DIEGUES, S. C. A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, 169p.
- GUIMARÃES, B.M.M.; FILHO, J.A.C.; LEAL, M.C. Paisagem das Vertentes: Caderno 1. São João del Rei: UFSJ, 2008, 100p.
- OLIVEIRA, I. A. Gestão de conflitos em parques: estudo no caso do contorno nordeste do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro. 2006. 269p. Tese. Doutorado de Pósgraduação em Engenharia da Produção, UFSC, Florianópolis, 2005.
- SALINAS, M. F. P. La participación em el manejo de áreas naturales protegidas. Cuernavaca: Universidad Autônoma de México, 2005, 327p.
- SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006,